

Um tesouro cobiçado e agredido pelas ocupações

Grande parte da riqueza ecológica do Brasil é desconhecida. O País possui entre 15% e 20% da biodiversidade mundial e o maior número de espécies endêmicas do globo. Para conservar esse patrimônio se fazem necessárias práticas de preservação e criação de áreas protegidas nos diferentes biomas, além de práticas de uso sustentável dos recursos naturais.

A APA do Planalto Central foi criada para proteger os mananciais e evitar o parcelamento do solo. Também para controlar a extração dos recursos naturais e a utilização dos recursos hídricos, protegendo o patrimônio ambiental da região. Mais de 90% do território do DF está em Unidades de Conservação.

A Área de Proteção Ambiental do Planalto Central é uma Unidade de Conservação que abriga muitos mananciais hídricos, e abrange bacias hidrográficas do Paranoá, Descoberto, Samambaia, Maranhão, Rio Preto, São Bartolomeu e Alagado/Ponte Alta. Trata-se de uma APA em território de relevante interesse nacional e regional. São 507.070,726 hectares, sendo que 380.020, aproximadamente 74%, pertencem ao Distrito Federal. O Estado de Goiás conta com os 26% restantes dessa área.

No DF, a ocupação desordenada do solo é um dos principais problemas ambientais da APA. A ocupação irregular de terras para a formação dos chamados "condomínios horizontais", sem um plano ambiental, têm resultado em impactos profundos, como, por exemplo, o lançamento de águas pluviais nos corpos hídricos, a diminuição da capacidade hídrica por perfuração de poços profundos, a impermeabilização do solo e o acúmulo inadequado de lixo.

Dos parcelamentos informais de

terra implantados do Distrito Federal, 63% estão em zonas urbanas. São um número de 200, enquanto que a zona rural conta com 37%, isto é, 117. Desses 317 parcelamentos, 170, o equivalente a 54%, estão dentro da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central. Dos 170 que estão na APA do Planalto Central, 142, o equivalente a 83%, não têm interseção com nenhuma outra APA. Dezoito parcelamentos estão na APA do Cafuringa, 11% do total. APA do Gama-Cabeça-de-Veado tem seis, 4%. E por último, quatro na APA do Lago Paranoá, que equivalem a 2%.

Fora do chamado setor habitacional existem ainda 379 parcelamentos urbanos. Desses, somente o equivalente a 3% não estão em área de proteção ambiental. É uma proporção de 11 para 368 que estão em regiões com relevante interesse ecológico. Isto é, 97%. Ainda dentre os 379, 13 locais são consideradas Área de Proteção de Manancial (APM) e oito são Área com Restrição Físico Ambiental. Desses territórios, 80% são de terras não desapropriadas e somente 14% em terras desapropriadas. O restante está em terras conjuntas, pertencentes ao Distrito Federal, à Terracap e à União.

Assentamentos irregulares de terra são um problema antigo no Planalto Central. Ao se fundar o Distrito Federal, já haviam parcelamentos irregulares na região. Cidades sem plano são prejuízo para os moradores, para a região e para o meio ambiente. Quando a situação perde o controle e se torna impossível remanejar os moradores, o jeito é correr atrás do prejuízo e urbanizar o local. É necessário levar qualidade de vida aos moradores, para que eles não a extraiam ilegalmente da natureza do local.



A APA DO PLANALTO CENTRAL FOI CRIADA PARA TENTAR PROTEGER UMA REGIÃO FUNDAMENTAL PARA O PAÍS. NADA MENOS QUE 90% DO TERRITÓRIO DO DF SE ENCONTRAM NESTA ÁREA